

Construir a Frente Ampla no RJ e Desenvolver a Solidariedade

1-A Pandemia do Covid-19 se espalha por todo Estado e o Rio de Janeiro bate novo record no número de óbitos.

A epidemia do Covid-19 se espalhou por praticamente 100% dos municípios do Rio de Janeiro com aumento exponencial do número de infectados e record no número diário de óbitos. Os hospitais estaduais estão operando no limite de sua capacidade com média de ocupação acima de 90%.

Em meio à crise sanitária, o Governo Witzel enfrenta graves denúncias de corrupção envolvendo a compra de respiradores e a construção de hospitais de campanha. Encontram-se presos, neste momento, o Subsecretário de Saúde do Estado e o empresário Mário Peixoto, por operações do MPE e da PF.

Nos hospitais da rede federal, permanecem ociosos, cerca de 1200 leitos. A desculpa é que não estão habilitados porque o Ministério da Saúde não equipou os leitos e não contratou profissionais de saúde.

Se recusa a fazer o bloqueio completo das cidades, propiciando o rápido aumento no número de infectados.

2- Situação econômica e social do RJ aponta para forte recessão.

Estudo da FIRJAN (anexo) aponta para uma queda de 4,6% no PIB do Estado com forte queda na indústria extrativista (-6,1%), na indústria de transformação (-5,2%) e na construção civil (-5,1%). O estudo aponta também forte retração no crédito, inviabilizando os investimentos públicos e privados.

Os dados divulgados pelo IBGE nesta terça-feira 12/05 também apontam para forte queda no setor de serviços, que caiu -6,9% no país em março frente ao mês de fevereiro.

Este quadro de brutal recessão econômica fez despencar a arrecadação do Estado, com queda de 15% da receita estadual nos três primeiros meses de

2020, segundo o estudo da FIRJAM. A queda na arrecadação terá forte impacto nas contas públicas, com o aumento do déficit no orçamento do Estado superando a ordem dos 30 bilhões. A queda do valor do barril de petróleo, que reduz o pagamento de royalties e participações especiais, bem como a queda da arrecadação de ICMS são os principais fatores da queda de arrecadação. O agravamento do quadro fiscal inviabiliza o investimento público e põe em risco o pagamento dos servidores do Estado.

Estes indicadores apontam apenas para o início da percepção desta brutal recessão econômica, quando recém começam a ser divulgados os dados dos primeiros meses de 2020. Certamente, as previsões tendem a mostrar o agravamento da crise econômica com o passar dos meses e o agravamento da crise sanitária, verificado a partir do mês de maio.

A crise econômica também vai pressionar o mercado de trabalho no Rio, que mesmo antes da epidemia do Covid-19, já registrava um aumento do desemprego três vezes superior à média nacional. O Estado do Rio aumentou em 15% sua taxa de desemprego enquanto São Paulo teve um aumento de 5% nos últimos quatro anos (dados do IBGE). Pressão também na renda das famílias com o aumento das demissões no mercado formal e praticamente a extinção da renda dos(as) trabalhadores(as) informais.

A Ajuda do Governo Federal não chega ao Estado e as medidas econômicas são insuficientes para preservar empregos e garantir a renda dos(as) trabalhadores(as) e da população mais vulnerável.

As medidas anunciadas pelo Governo Bolsonaro são insuficientes para socorrer o Estado do RJ. A MP que prevê o socorro a estados e municípios permanece aguardando a sanção presidencial. E o conjunto de medidas aprovadas no Senado é insuficiente para resolver o buraco fiscal do estado. Dos R\$ 8 bilhões aprovados pela Câmara apenas R\$ 2 bilhões estão previstos para o Rio de Janeiro. Isso no projeto aprovado pelo Senado depois de forte gestão do Governo Federal para redução dos valores repassados aos estados e municípios. E o Presidente ainda veta os artigos

que preservavam o reajuste dos servidores públicos.

As medidas anunciadas para ajudar as pequenas e médias empresas também não tiveram efetividade e apenas 10% dos pedidos de crédito para capital de giro e financiamento da folha de trabalho foram liberados. As medidas de pagamento integral dos salários mediante a suspensão do contrato de trabalho ou a redução da jornada de trabalho, utilizando os recursos do seguro desemprego não colocaram dinheiro novo na economia e não alcançaram as microempresas que são as responsáveis pelo maior número de postos de trabalho. Esta situação está pressionando o mercado de trabalho com aumento das demissões e queda no rendimento das famílias.

Nem mesmo o pagamento do auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional, contra a vontade do Governo, no valor de seiscentos reais, podendo chegar a mil e duzentos no caso das mulheres chefes de família, não tem ocorrido com a agilidade necessária para socorrer os vulneráveis. Os pedidos de auxílio desemprego no período de janeiro até abril deste ano somam mais de 2,3 milhões. O Governo tem criado toda sorte de entraves burocráticos para liberar os pagamentos e tem formado verdadeiras filas da morte em frente as agências da Caixa Econômica Federal. Milhares de pessoas tem se aglomerado na frente das agências do banco, numa atitude desesperada para acessar a única renda que tem a seu dispor neste momento.

As dificuldades financeiras do estado agravadas pela crise sanitária da saúde com a pandemia do covid19, tem deixado milhares de famílias fluminense à própria sorte. A situação social, mesmo considerando a ajuda dos 600 reais do governo federal, que não tem chegado a todos, e iniciativas de solidariedade de pessoas e diversas organizações, não tem resolvido o quadro de calamidade social do estado refletido no seu baixo IDH. A falta de saneamento básico aumenta a vulnerabilidade dessa população, evidenciando uma desigualdade brutal nessa crise. Dados da Defensoria Pública do Estado do RJ, apontam que somente na capital,

cerca de 15.000 pessoas estão em situação de Rua.

As mulheres e as negras em especial, que são maioria no trabalho informal e das trabalhadoras domésticas, sendo 39% demitidas no início da pandemia, sofrem ainda mais, enfrentando o aumento da sobrecarga doméstica e aumento da violência doméstica em 50% no Rio.

É preciso medidas emergenciais de apoio às mulheres, bem como ações para estabelecimento de código de pedidos de socorro em caso de violência doméstica, que cresce absurdamente durante a quarentena.

A desarticulação das esferas municipais, estaduais e federal na atenção às pessoas vítimas da corona vírus, deixou um caos no sistema de saúde levando pacientes e familiares a enorme sofrimento e abandono causando milhares de óbitos.

Em janeiro 2020 a Defensoria do Estado fez estudo relatando que entre o ano de 2015 até janeiro de 2020, mais que triplicou o contingente de pessoas morando nas ruas.

A política de segurança adotada pelo governo Witzel disparou os indicadores de assassinatos de jovens negros e de periferias executados pelas forças de segurança do estado. A educação pública tem refletido baixos indicadores, fruto da perda de políticas públicas e contingenciamento de investimentos necessários. O estado tem sofrido enormes perdas de pesquisadores e estudiosos para outros locais por falta de perspectiva de desenvolvimento e investimentos no setor da ciência, tecnologia e inovação.

Passados quase um ano e meio do governo Witzel, ainda não se ouviu falar de alguma proposta, planejamento ou iniciativa do governador para retomar o desenvolvimento do estado. Reflexo da recessão que a taxa de desemprego no país subiu no trimestre passado para 12,2%. O governo Bolsonaro não tem um programa de desenvolvimento para o país. As recentes Medidas Provisórias 905 que institui a carteira verde e amarela que foi revogada, a MP 927 e 936 têm a marca da precarização do trabalho

exatamente no meio da pandemia do Covid 19.

O Programa de desestatização do governo, não teve respaldo na ALERJ. Apesar das sinalizações positivas de Witzel para o isolamento social, o Governador, com seu Plano de Contingência, ameaçou no fogo da crise, empurrar um projeto de privatização das Estatais, colocando em risco as Universidades Públicas, que foram fundamentais no desenvolvimento de tecnologias para fortalecer o combate à pandemia, bem como a CEDAE, projeto antigo de privatização do Governador, podendo aprofundar ainda mais a crise sanitária do RJ, em momento que exige quarentena. Essas empresas e órgãos públicos são fundamentais para um projeto de desenvolvimento. A crise pode se acentuar no Rio de Janeiro.

Não ao projeto de contingência do governo Witzel! Pela suspensão da dívida pública; pela garantia a ajuda dos micros, pequenas e médias empresas, defesa de empréstimos bancários a juros zero, reforma tributária progressiva e taxaço das grandes fortunas; pela abertura de crédito e investimentos para a retomada do desenvolvimento; garantia da renda básica a todos desempregados e a que tiveram os contratos suspensos, desburocratização, para facilitar o acesso. Todo apoio ao projeto-lei de Emergência Cultural, de relatoria da dep. Jandira Feghali.

3-Quadro de fragmentação e de grande instabilidade política

A eleição de 2018, impôs uma acachapante derrota ao MDB, até então, a principal força política do estado. O MDB que durante quase 20 anos foi força decisiva no estado encontra-se completamente desarticulado, com uma única exceção, a candidatura de Washington Reis à reeleição em Caxias. O pleito de 2018, mesmo que de forma fracionada em diversas legendas, alçou forças conservadoras e reacionárias ao centro do protagonismo político do estado com as vitórias de Bolsonaro e Witzel.

A forte retração econômica dos anos de 2015/2016, a desmoralização das instituições públicas a partir da apuração dos crimes de corrupção no Governo Federal e a judicialização do processo eleitoral somadas a crescente força das igrejas neopentecostais, milícias, tráfico, em territórios

de alta concentração popular, criou um ambiente propício ao avanço do bolsonarismo dificultando a presença e articulações das forças progressistas e uma certa hegemonia de ideologias reacionárias no seio do povo.

Eleitoralmente, a filiação dos filhos parlamentares do presidente Bolsonaro ao REPUBLICANOS, indica um possível apoio das hostes bolsonaristas à reeleição do fracassado governo do prefeito Marcelo Crivella. Existe hoje uma tendência, que o Bolsonarismo irá apoiar candidaturas de diversas legendas conservadoras no conjunto dos municípios do estado. Assim as forças conservadoras tendem a uma fragmentação de candidaturas entre o bolsonarismo, Witzel e a divisão das legendas do centrão.

Ainda no campo conservador, observa-se o rompimento do Bolsonaro com o governador Witzel, agravado agora durante a gestão da crise sanitária.

Destaca-se aqui, a posição do DEM, com o Presidente da Câmara Rodrigo Maia se aproximando da oposição a Bolsonaro especialmente em relação a pauta democrática, somada à filiação do Eduardo Paes, que coloca a sua posição na liderança das forças de centro para o próximo pleito eleitoral. Forças estas que também tendem a fragmentação com o lançamento de diversas candidaturas neste campo.

As forças democráticas e populares, também têm enfrentado muitas

O PDT tem conseguido manter-se como partido médio no cenário estadual, com a presença de dois deputados federais e três deputados estaduais, além da boa votação de Ciro Gomes no primeiro turno no estado com mais do dobro dos votos do candidato do PT Fernando Haddad. Tem tentado construir uma alternativa dentro do campo popular, em aliança com o PSB contrapondo-se ao hegemonismo do PT e do PSOL principalmente na capital. A Dep. Estadual Marta Rocha deve ser a candidata à prefeitura da cidade do RJ . Vale destacar aqui a liderança de Rodrigo Neves em Niterói e na região leste do estado.

O PT tem sofrido grandes reveses no estado. Contraditoriamente, tem o presidente da Alerj e mais dois deputados estaduais. Somente um deputado federal e a Prefeitura de Maricá. Perdeu força e presença política. Recentemente definiu que irá lançar candidatos majoritários em todos os municípios que tem acesso à programas de tv. Sendo exceção o município de Niterói e possivelmente Duque de Caxias ,onde apoiarão a reeleição do emedebista Washington Reis.

O PSOL teve expressivo crescimento eleitoral nas duas últimas eleições aproveitando-se da onda moralista e do fato de não participar dos governos Lula e Dilma, no âmbito federal, e dos governos Cabral e Pezão na esfera estadual. Tem boa presença política em parte dos setores médios da sociedade fluminense, particularmente nas cidades do Rio e de Niterói. Neste momento, enfrenta disputas internas para a indicação de seu candidato a prefeito na capital, com a retirada do Freixo, cria-se um novo fato político.

O PCdoB, neste quadro de extrema fragmentação política, tem se destacado com a projeção de suas principais lideranças políticas e eleitorais. A deputada estadual Rejane Almeida está no terceiro mandato consecutivo, destacando-se na luta em defesa da saúde e dos profissionais da enfermagem. Ressalta-se também o seu empenho em ter presença em diversos municípios do interior. A deputada federal Jandira Feghali é reconhecida como a parlamentar mais ativa do campo da esquerda no Congresso Nacional e consolida seu grande papel de liderança política nacional, sendo destacada articuladora na luta contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, da defesa da democracia e da construção da frente de resistência. Soma-se a isso o grande prestígio político que vem conquistando o governador do Maranhão, Flavio Dino. Todos esses ativos políticos dos comunistas somados ao Mov65, devem ser usados e potencializados pelos comunistas fluminenses no decorrer da luta política em curso, bem como no processo eleitoral.

-Orientação política do Partido

Diante da maior crise política e institucional, do desgoverno de Bolsonaro, a partir dos desdobramentos do afastamento de Moro, do Ministério da Justiça, Mandetta e logo em seguida de Teich, no ministério da saúde, em pleno agravamento da pandemia, amadurece as condições para seu impedimento.

O partido defende a constituição da união de amplas forças políticas e sociais, pela salvação nacional, tendo como eixo a defesa da Democracia e da Vida, e a instauração de um processo de impeachment em conjunto com a CPI no Congresso.

1- Nesse contexto, trabalhamos com dois movimentos: segue acertada a estratégia eleitoral do partido de apresentar candidaturas próprias nas eleições majoritárias nas principais cidades do estado e no fortalecimento das nominatas de vereadores, para garantir a eleição do maior número de comunistas nas próximas eleições, projetando novos quadros e preparando o partido para o grande desafio que será superar a cláusula de barreira com nominata própria nas eleições de 2022, essencial para o avanço da democracia no Brasil.

2- Ao mesmo tempo que é preciso ampliar o diálogo e trabalhar pela construção de uma ampla frente de salvação nacional que continue o processo de isolamento e contribua para a derrota do bolsonarismo e de seus candidatos nas próximas eleições municipais.

-Sobre as tarefas políticas:

Transformar as eleições em desaguadouro da insatisfação popular.

1- Construir a Frente Ampla que tem como centralidade a defesa da democracia, e no seu bojo, formar um campo ant-neoliberal, em defesa dos direitos sociais e da soberania nacional.

2- Fortalecer o protagonismo do partido na solidariedade das pessoas em defesa da Vida e do SUS. Estabelecer sinergia entre o mandato federal, estadual e as frentes sociais, na defesa do emprego e da renda dos trabalhadores(as) do mercado informal, das medidas de socorro a

economia nacional, sobretudo das pequenas e microempresas, entre outras.

4-Reforçar a Frente Brasil popular em nível estadual, municipais e locais na capital, para fortalecer a luta contra a pandemia e Bolsonaro.

5-Reforçar as pré-candidaturas majoritárias, bem como do Mov65, na luta concreta, de acordo com a realidade de cada município, e apresentar alternativas para os problemas mais sentidos do povo.

6-Reforçar as chapas proporcionais a serem completadas por filiados(as) e as principais lideranças do Partido da frente social e cultural e constituir os comitês de apoio as pré-candidaturas.

7-Politizar os movimentos sociais e culturais, a saída para enfrentar os problemas das diversas frentes é eminentemente política. O que faz necessário ligar os problemas específicos e imediatos com a luta mais geral em curso em nosso país.

8-Estruturar o partido no fogo da luta de resistência, das direções municipais a partir do fortalecimento de suas bases; Incrementar a sustentação material, e forte inserção nas redes sociais na luta de ideias e cultural, disputando as narrativas no sentido de desmascarar a política genocida e neoliberal do governo Bolsonaro, e defender e propagar as posições do Partido, em defesa da classe trabalhadora, e do povo.

Pela Construção da Frente Ampla de Salvação Nacional, Em Defesa da Vida, Democracia, do Trabalho, e do Brasil!